

A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E SOLICITANTES DE REFÚGIO

Fátima Bandeira Hartwig

Resumo: A chegada de refugiados exige da sociedade formas de acolhimento e integração, porém percebe-se que o Estado ainda não está preparado para acolhê-los, fazendo com que a sociedade civil tenha que suprir algumas demandas. Deve-se partir pela identificação das dificuldades enfrentadas pelos mesmos para assim conseguir intervir. Considerando tal contexto, a partir de um estudo de natureza qualitativa, esse artigo centra-se na análise de um diagnóstico participativo com refugiados, realizado pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos, em Brasília, em 2014. Percebe-se que a maioria das necessidades dos refugiados e solicitantes de refúgio são justamente aquelas relacionadas aos processos de solicitação de refúgio, por serem muito morosos. Foi possível concluir que conhecer as demandas dos refugiados é essencial para propor encaminhamentos futuros voltados para as reais necessidades de tais sujeitos, nomeadamente aquelas voltadas para o acesso à saúde, educação, trabalho e, ainda, para algumas especificidades em função do gênero dos sujeitos.

Palavras-chave: Refugiados, Acolhimento, Integração, Sociedade Civil, Diagnóstico Participativo.

Abstract: The arrival of refugees demands of the society the forms of reception and integration, but it is perceived that the State is not yet ready to welcome them, causing civil society to meet some demands. We must start by identifying the difficulties faced by them in order to be able to intervene. Considering this context, based on a qualitative study, this article focuses on the analysis of a participatory diagnosis with refugees, carried out by the Migrations and Human Rights Institute, in Brasília, in 2014. It is noticed that most of the needs of the Refugees and asylum-seekers are precisely those related to the procedures for requesting refuge because they are very time-consuming. It was possible to conclude that knowing the demands of the refugees is essential to propose future orientations aimed at the real needs of these subjects, especially those focused on access to health, education, work and also for some specificities depending on the gender of the subjects.

Key words: Refugees, Reception, Integration, Civil Society, Participatory Diagnosis.

Resumen: La llegada de refugiados exige de la sociedad formas de acogida e integración, pero se percibe que el Estado aún no está preparado para acogerlos, haciendo que la sociedad civil tenga que suplir algunas demandas. Se debe partir por la identificación de las dificultades enfrentadas por los mismos para así lograr intervenir. Considerando este contexto, a partir de un estudio de naturaleza cualitativa, este artículo se centra en el análisis de un diagnóstico participativo con refugiados, realizado por el Instituto Migraciones y Derechos Humanos, en Brasília, en 2014. Se percibe que la mayoría de las necesidades de los refugiados y solicitantes de refugio son justamente aquellas relacionadas con los procesos de solicitud de refugio, por ser muy largos. Es posible concluir que conocer las demandas de los refugiados es esencial para proponer encaminhamientos futuros volcados hacia las reales necesidades de tales sujetos, en particular aquellas orientadas al acceso a la salud, educación, trabajo y, aún, para algunas especificidades en función del género de los sujetos.

Palabras clave: Refugiados, Acogida, Integración, Sociedad Civil, Diagnóstico Participativo.

Ж

Hartwig, F. *Pró Reitoria de Ensino do Instituto Federal de Brasília e Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasília, Brasil.* fatima.hartwig@ifb.edu.br; fatihartw@yahoo.com.br

Para Bauman (2016), atualmente a sociedade contemporânea vive uma verdadeira crise humanitária, advinda da efemeridade geográfica pela qual passam vidas e mais vidas em busca de locais dignos para viver. De acordo com o autor, pode-se até mesmo dizer que a crise humanitária é consequência da crise migratória dos dias atuais, não que esta exista há pouco tempo, pois sempre esteve presente, porém não de forma a causar pânico e medo de que algo terrível possa vir a ameaçar o bem-estar social dos indivíduos, como agora acontece.

Nesse sentido, pode-se pensar que em outros momentos da história da humanidade o mundo também viveu situações que geraram pânico e medo, como a II Guerra Mundial, porém, o contexto migratório era outro (Fernandes, 2015). Especificamente no Brasil, desde o fim da II Guerra Mundial não houve um fluxo tão expressivo de migração, como recentemente, a partir de 2010, com a chegada dos imigrantes haitianos (Organização das Nações Unidas – ONU-2014), considerados refugiados ambientais (Barros, 2011), devido ao terremoto que abalou aquele país em janeiro de 2010.

Os novos fluxos migratórios que chegam ao Brasil em muito se diferenciam dos imigrantes que sempre chegaram, desde o período colonial e, também, em decorrência da II Guerra Mundial, que eram oriundos de países como Portugal, Itália, Espanha, Alemanha, Japão, além daqueles oriundos dos países fronteiriços, como Uruguai, Paraguai, Argentina, Peru e Venezuela (Fernandes, 2015). Percebe-se que mesmo que a chegada dos primeiros imigrantes ao Brasil tenha seguido um determinado padrão, de predominância europeia, atualmente os novos fluxos diversificam entre europeus, asiáticos e africanos, além de se manter um elevado fluxo de imigrantes oriundos dos países vizinhos de fronteira.

Estes são indivíduos em busca de melhores condições de vida e de trabalho, que saíram de seus países onde a situação econômica estava em crise (Fernandes, 2015; Lussi, 2015). Porém, ainda é importante destacar que existem casos em que as pessoas saem de seus países não por motivos puramente econômicos e em busca de emprego, mas sim por questões ideológicas, políticas, religiosas, de gênero, desastres naturais, guerras, conflitos, estas são, regra geral, consideradas pessoas refugiadas (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, 2014; Barros, 2011), como aquelas vindas do Haiti (desastre natural) e da Síria (guerra/perseguição religiosa).

Nesse contexto, muitos imigrantes ao chegarem ao Brasil acabam sendo vítimas de situações de exploração nos trabalhos que prestam. Um exemplo são os imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo, muitas vezes obrigados a viver em situações humilhantes, tendo que se sujeitarem a cansativas cargas de trabalho, análogas à escravidão (Silva, 2006). Os refugiados oriundos dos continentes africano e asiático e, do Haiti, também passam por situações degradantes de trabalho e dificuldades de integração na sociedade, porém de forma potencializada, pois são mais discriminados devido às diferenças raciais, linguísticas e religiosas de seus países de origem.

Por mais que se esteja passando por momentos de crise de amplitude mundial, relacionados diretamente aos fluxos migratórios atuais, não se evidenciam reflexões mais aprofundadas a respeito de posturas e práticas sociais diante de tal contexto, gerando assim, um movimento de desumanização em massa no seio da sociedade, naturalizando atrocidades (Bauman, 2016), fazendo com que algumas atitudes sejam massivamente aceitas e repetidas sem questionamentos, onde o mal torna-se banal (Arendt, 1999).

A respeito deste contexto de naturalização de atrocidades, na verdade o que se tem é uma ideologia de *segregar incluindo* (Alencar & Gentili, 2001), considerando que estes indivíduos (imigrantes e refugiados) não são exterminados fisicamente (contudo, às vezes são),

porém são dotados de condições necessárias para conviver com os incluídos, só que em condições inferiorizadas e subalternas.

Considerando as dificuldades vividas pelo público oriundo dos fluxos migratórios atuais e a inoperância do Governo brasileiro no acolhimento e integração dos mesmos à sociedade, são as instituições da sociedade civil organizada que buscam suprir as demandas e necessidades do público em questão, deixado à margem da sociedade pelo próprio Estado. A realização de diagnósticos participativos em que os refugiados possam expor suas demandas e necessidades, bem como, compartilhar pontos positivos e boas práticas que tenham percebido na sociedade brasileira, é fundamental para que se consiga intervir corretamente.

Dessa forma, será por meio da análise de um diagnóstico participativo realizado pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), no ano de 2014, junto a um grupo de refugiados e solicitantes de refúgio que vive em Brasília, que se objetiva identificar quais as percepções dos mesmos sobre pontos positivos e negativos relacionados ao processo de acolhimento e integração à sociedade brasileira, por meio do olhar de um grupo formado por homens e outro grupo formado por mulheres e crianças.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E SOLICITANTES DE REFÚGIO NA CIDADE DE BRASÍLIA – O CASO DO IMDH

É preciso destacar que o Brasil está em processo inicial na promoção de políticas e espaços que acolham e integrem os imigrantes e refugiados na sociedade de acolhimento. A experiência europeia e, mais especificamente de Portugal, contribuem para que se perceba que, em outros países, já existem avanços e políticas específicas voltadas para as populações migrantes, como também existem problemas a serem superados (Pequito, 2009; Silva, 2013).

Nesse sentido, percebe-se que no Brasil ainda é preciso avançar na elaboração de políticas públicas que atendam o público imigrante e refugiado, porém, ao se considerar o espaço geográfico de Brasília, é possível encontrar uma instituição da sociedade civil que desenvolve práticas integradoras relevantes, voltadas para o público em questão.

Tal instituição trata-se do IMDH, que atua junto aos migrantes, imigrantes e refugiados, percebendo os mesmos na sua essência, compreendendo que precisam ter acesso aos direitos básicos reservados a todos os seres humanos, porém entendendo que os sujeitos que compõem os fluxos migratórios, num primeiro momento precisam ter supridas algumas necessidades emergenciais (Milesi & Andrade, 2015).

Conforme Milesi & Andrade (2015), após a superação das necessidades do momento inicial, o IMDH busca formas para auxiliar na reconstrução da vida desses sujeitos, para que possam efetivamente ser integrados no novo país em que chegam, considerando que esse novo país possui uma nova cultura e novas formas de convivência na sociedade.

Uma das formas de efetiva integração no novo país é o acesso ao trabalho, sendo esse um aspecto considerado de total importância por Milesi & Andrade (2015), no entanto, sem reduzir o migrante apenas à dimensão laboral, considerando que o mesmo é um ser humano com sonhos e expectativas. Porém, será o acesso ao mundo do trabalho que irá trazer a

dignidade ao mesmo, sendo a promoção dos direitos, o respeito ao trabalhador e um trabalho digno e decente as maiores preocupações de ação do IMDH, buscando assim, também combater o tráfico de pessoas, onde as mulheres são mais vulneráveis.

A instituição é presidida pela Irmã Rosita Milesi, uma das fundadoras do IMDH, no ano de 1999, na cidade do Varjão, zona de periferia próxima ao centro de Brasília. A cidade do Varjão é marcada pela pobreza, pela violência, venda e consumo de drogas e, ainda, pela precariedade de oferta de serviços públicos, como transporte, saúde e educação e, acabou tornando-se o reduto para moradia de muitos imigrantes e refugiados, devido ao baixo preço dos aluguéis (Milesi & Andrade, 2015). Porém, mesmo que residam em outras zonas aos arredores de Brasília, muitos deles buscam o IMDH, pois esta instituição é referência no acolhimento de migrantes, imigrantes e refugiados no Distrito Federal.

A principal razão que contribuiu para a fundação da Instituição foi compreender que a realidade vivida pelos migrantes traz efetivos riscos à dignidade dos mesmos (Milesi & Andrade, 2015); o desafio de atuar no acolhimento e defesa de direitos dos migrantes e o desejo de, como parte da sociedade civil, contribuir na elaboração de políticas para as populações em mobilidade, seja espontânea ou forçada, buscando a efetiva integração dessas populações na sociedade, considerando a ausência de políticas públicas específicas, por parte do governo brasileiro, para o público em questão (Sprandel, 2015; Lussi, 2015).

A referida instituição é uma entidade social, sem fins lucrativos, cuja missão é promover o reconhecimento da cidadania plena de migrantes e refugiados, sendo vinculada à Igreja Católica (Milesi & Andrade, 2015). O trabalho desenvolvido pela instituição, junto aos imigrantes e refugiados, encara realidades de extrema necessidade e urgência, que vão desde à falta de condições para se alimentarem, falta de lugar para morar e falta de documentos, até a falta de emprego, falta de domínio da língua portuguesa e, também, dificuldades de adaptação à cultura e costumes locais (Milesi & Andrade, 2015).

Segundo Milesi & Andrade (2015), o trabalho consiste na acolhida, integração e assistência a migrantes, imigrantes e refugiados, na defesa de direitos, aquisição de documentos, no enfrentamento do tráfico humano e na assistência às vítimas, na introdução à cultura brasileira e ensino do idioma, na reunificação familiar, além do apoio na reinserção de migrantes brasileiros retornados ao país.

Ainda, segundo Milesi & Andrade (2015), a instituição acolhe, assiste e contribui para a integração dos solicitantes de refúgio e refugiados que vêm em busca de proteção no Brasil, ouvindo-os, dando orientações para acesso aos serviços públicos básicos, ao atendimento assistencial e humanitário, a locais de moradia temporária, ao provimento de alimentação e gêneros de primeira necessidade e roupas, além de ajuda para adquirir documentos como a Carteira de Trabalho e também o protocolo de solicitação de refúgio.

A instituição também desenvolve uma prática chamada de *Diagnóstico Participativo*, que é estimulada e acompanhada pelo ACNUR, realizada com refugiados e solicitantes de refúgio, com o objetivo de compreender as necessidades, entraves e dificuldades encontradas pelos mesmos, assim como, identificar práticas positivas que vêm contribuindo para a melhoria das condições de vida e de trabalho dessas populações.

Por meio desta prática, o IMDH busca ampliar a participação dos refugiados nas ações e no planejamento de ações futuras da instituição, sendo realizada anualmente, com apoio do ACNUR.

METODOLOGIA

De acordo com Coutinho (2011), o que deve definir a escolha metodológica do pesquisador não será aderir por uma metodologia ou outra, por um paradigma ou outro, mas sim o problema em questão. Sendo assim, considerando o objetivo deste estudo, o mesmo compreende-se como um paradigma interpretativo, cuja metodologia utiliza-se de uma análise de natureza qualitativa de testemunhos, com o intuito de apresentar o que faz sentido na realidade e de que forma faz sentido para os indivíduos investigados (Amado, 2014).

Dessa forma, entende-se que as abordagens de natureza qualitativa, pautadas por paradigmas interpretativos, incidem mais nos processos do que nos resultados, pressupondo intensividade, com a análise das ações, interações e discursos dos sujeitos participantes (Carmo & Ferreira, 1998), procurando compreender a conduta humana a partir do ponto de vista dos próprios, correspondendo-lhe uma observação naturalista, orientada para a descoberta, descritiva e indutiva (Coutinho, 2011).

Para a análise em Corpus Latente da Internet foram considerados os relatos de refugiados e solicitantes de refúgio que participaram do *Diagnóstico Participativo*, realizado na Sede do IMDH, no ano de 2014, disponível no site da instituição. Nesse sentido, a investigação em Corpus Latente na Internet permite que se formulem as questões de investigação a partir dos dados disponíveis (Neri de Souza, 2011).

Os relatos pertencem a 16 indivíduos, dentre eles 10 homens, 03 mulheres e 03 crianças, cujos nomes e nacionalidades não foram citados, no referido diagnóstico, por motivos de preservação da identidade e segurança dos mesmos. A análise dos dados baseou-se na proposta apresentada por Guerra (2006), do tipo categorial com levantamento das temáticas e descrição dos seus conteúdos de forma a identificar os argumentos dos indivíduos participantes e as ideias defendidas em relação a cada temática identificada (Coutinho, 2011).

A análise de dados permitirá responder o objetivo deste breve estudo, qual seja, a identificação dos problemas e dificuldades percebidas por um grupo de refugiados e solicitantes de refúgio que vive em Brasília, além de também identificar pontos positivos, propostas e sugestões relatadas pelos mesmos. Delimitou-se os dados por categorias divididas em *Educação, Documentação, Moradia, Integração e Discriminação, Saúde, Trabalho e Reunião Familiar*, analisadas a partir das diferenças do olhar de um grupo de homens (10 indivíduos) e um grupo de mulheres e crianças (06 indivíduos).

RESULTADOS

Conforme referido anteriormente, os relatos dos refugiados e solicitantes de refúgio foram organizados por temáticas/categorias, refletindo as percepções dos mesmos sobre os processos de acolhimento e integração na cidade de Brasília, sendo este o momento para sistematizar e interpretar as informações recolhidas, com o intuito de atingir o objetivo deste estudo.

Buscar-se-á a análise das categorias por meio da descrição das percepções do grupo de homens e do grupo de mulheres e crianças, o que possibilitará conhecer as dificuldades e demandas gerais do grupo estudado, bem como sensíveis diferenças entre as percepções dos gêneros masculino e feminino.

No que respeita a categoria *Educação*, o grupo de homens relata problemas relacionados à demora para o reconhecimento de diplomas e certificados; dificuldades para

conciliar a rotina de trabalho e estudo, principalmente devido aos horários e demora dos transportes coletivos, que muitas vezes impedem os mesmos de chegarem no horário das aulas. Além disso, destacam a falta de informações sobre possibilidades de cursos de capacitação e aperfeiçoamento ofertados pelas instituições de ensino públicas de Brasília, ressaltando que até mesmo os locais que ofertam aulas de português, para imigrantes e refugiados, não conseguem contemplar toda a demanda existente, considerando que muitos não são beneficiados, pois moram em cidades mais afastadas do centro de Brasília, tornando o deslocamento difícil e caro.

Já o grupo de mulheres e crianças, no que respeita a categoria *Educação*, é nítido o fato de que as mulheres têm menos acesso à continuação dos estudos e aos cursos de português, o que se justifica pela necessidade de cuidar dos filhos em idade escolar, dificultando assim, também o acesso ao emprego. Nesse sentido, tem-se que fazer uma relação dos fatos com os costumes, cultura e religião do público em questão que, em sua grande maioria, percebe o papel da mulher na sociedade de forma diferente que na cultura brasileira, imputando a esta o papel principal de cuidar dos filhos e da casa.

Esta percepção comprova-se na diferença entre os relatos do grupo de homens e do grupo de mulheres e crianças, em que se constatou que os relatos do primeiro grupo voltavam-se puramente para as demandas e dificuldades próprias em relação à temática Educação. Já nos relatos do segundo grupo, surgiram preocupações com as dificuldades encontradas pelos seus filhos nas escolas, nomeadamente aquelas relacionadas à falta de vagas na região onde moram e, também, ao fato de problemas de comunicação e diálogo entre professores e seus filhos, devido à barreira linguística.

Nesse sentido, é preciso destacar aqui que esta análise dos dados não tem uma proposta de crítica aos costumes e cultura do público investigado e, sim de constatação das diferenças existentes, com o intuito de ressaltar e respeitar a multiculturalidade que se faz presente na cidade de Brasília, tema este que pode e deve ser abordado dentro das escolas, contribuindo assim, de acordo com Araújo (2008), para afirmar a interculturalidade como um modelo de gestão da diversidade, que deve ser anunciado, promovido e praticado por toda a sociedade, seja ela de qual for o gênero, raça ou cultura, independentemente de seu pluralismo cultural.

Como propostas e pontos considerados positivos tanto pelo grupo de gênero masculino quanto pelo grupo de gênero feminino, estão a ampliação do acesso à Educação para o público refugiado e solicitante de refúgio, tanto nas universidades quanto na oferta de cursos de português específicos para pessoas oriundas de países cuja língua oficial não seja o português. Além disso, os grupos também concordam com a necessidade de capacitação e formação continuada dos professores que atendem o público imigrante e refugiado. E, ainda, ressaltam a importância do apoio do IMDH nas questões relacionadas à Educação, seja para a matrícula dos filhos nas escolas ou para o encaminhamento dos adultos para locais com oferta do curso de português.

Em relação à categoria *Documentação*, tanto o grupo de homens quanto o grupo de mulheres e crianças destacou como principal dificuldade o tempo de espera para as decisões do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), seja para marcar as entrevistas ou para sair a decisão definitiva da solicitação de refúgio, que pode demorar até mais de dois anos. Todos sugerem que sejam aumentados os postos de atendimento ao estrangeiro e diminuída a burocracia e morosidade na decisão dos processos.

Considerando que não existe um órgão específico que trate das questões legais que envolvem os refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil, ficando a cargo de vários órgãos como o Ministério do Trabalho e Ministério da Justiça, torna-se urgente uma integração

sistêmica, conforme fala Pires (2012), entre as instituições brasileiras, para a formulação de políticas públicas de integração e inclusão social de imigrantes e refugiados, que possam atender as demandas do público em questão com mais agilidade.

Ainda sobre esta questão da *Documentação*, todos destacam o papel fundamental do IMDH na força tarefa realizada junto ao CONARE e o Ministério do Trabalho, para a aquisição de documentos como carteira de trabalho, identidade de estrangeiro, cadastro de pessoa física e o acompanhamento dos processos de solicitação de refúgio. É possível perceber a importância do IMDH para os refugiados e solicitantes de refúgio na cidade de Brasília, considerando esta instituição da sociedade civil como o único ponto de apoio e efetivo acolhimento que possuem logo que chegam.

Tratando-se da categoria *Moradia*, tanto o grupo de homens quanto o grupo de mulheres e crianças, relatou dificuldades logo que chegaram à cidade, devido à falta de abrigos públicos e ao elevado valor dos aluguéis. Em relação aos aluguéis, destacam problemas em lidar com os proprietários de imóveis, pois não possuem fiador, não sabem o idioma e, por isso, podem ser facilmente enganados. No grupo de mulheres e crianças percebe-se que algumas encontram ainda mais dificuldades, pois vêm sozinhas e com crianças de colo muitas vezes, alugando apartamentos e dividindo o aluguel entre várias mulheres, ficando sujeitas a situações de vulnerabilidade nas relações imobiliárias diretamente com os proprietários.

Como sugestão avaliada de forma positiva pelos grupos participantes do diagnóstico está a proposição ao Governo de Brasília para a construção de albergues e abrigos que possam acolher os refugiados e solicitantes de refúgio, pelo menos na fase inicial de chegada. Além disso, e, principalmente para os grupos mais vulneráveis, como mulheres e crianças, também consideram uma ação necessária a possibilidade de um auxílio aluguel, durante pelo menos três (03) meses.

Em relação à categoria *Integração e Discriminação*, o grupo de homens relata maiores dificuldades por conta da barreira linguística, que acarreta problemas nas relações trabalhistas, tal como falta de pagamento e falta de clareza de direitos. Eles sentem-se discriminados, pois os empregadores entendem que por serem refugiados podem receber menos, ter atraso no pagamento e não precisam de explicações corretas sobre seus direitos. Destacam que muitos problemas poderiam ser reduzidos se existisse um programa do Governo com o objetivo de integração de refugiados. No entanto, mesmo assim, conseguem perceber aspectos positivos de acolhimento e integração, pois consideram o povo brasileiro muito receptivo. Um dos homens destacou a importância dos restaurantes comunitários da cidade, onde podem ter acesso a uma alimentação boa e com baixo custo.

Nesse sentido, Lussi (2015) pondera que para pensar em leis e políticas migratórias faz-se necessária a compreensão da diversidade com a qual se está agindo, isto porque os desafios da mobilidade humana envolvem questões sociais, econômicas, geográficas, políticas e culturais que necessitam de políticas públicas universais, sendo que essas políticas não devem dar respostas apenas às especificidades dos migrantes, mas sim de toda a população do país, onde também migrantes e refugiados terão seus direitos garantidos, com possibilidade de usufruir de serviços e de serem integrados à sociedade.

Outro ponto importante apontado pela autora é a necessidade de aumentar a capacidade dos órgãos públicos na promoção de serviços básicos aos migrantes, desde a aquisição de documentação até o alcance de emprego e da inserção cultural dos mesmos. E, ainda, além da oferta destes serviços básicos, o acesso às leis e aos direitos já alcançados pelos migrantes, que muitas vezes são dificultados, gerando desconhecimento e contribuindo para o aumento da vulnerabilidade social em que se encontram (Lussi, 2015), fato este relatado pelo grupo de homens que participou do diagnóstico.

Ainda em relação à categoria *Integração e Discriminação*, o grupo de mulheres e crianças não relata situações de discriminação relacionadas ao ambiente de trabalho, o que reforça mais uma vez o aspecto de que as mulheres não costumam trabalhar fora de casa. No entanto, relatam situações de discriminação nos momentos em que buscaram alguns serviços públicos de saúde e assistência social, percebendo resistência das pessoas por causa do idioma, principalmente. Mesmo assim, uma das crianças que participou do diagnóstico disse que os companheiros de escola e professores tratam bem e que se sente feliz na escola, não sendo exposta a nenhuma situação de discriminação.

Os participantes do diagnóstico sugerem formação continuada e capacitação aos agentes do Governo que trabalham em órgãos de atendimento ao público, para que possam melhor acolher e integrar refugiados e solicitantes de refúgio, principalmente da área da saúde, educação e assistência social.

No que concerne a categoria *Saúde*, o grupo de homens destaca que o sistema de saúde não tem diferenças entre estrangeiros e brasileiros e que encontram acesso à saúde, passando pelos mesmos problemas e dificuldades do restante da população com a falta de médicos e equipamentos para realização de exames. No entanto, compreendem que encontram maiores dificuldades quando ainda não sabem falar o português e sugerem que os centros de saúde e hospitais tenham pelo menos uma pessoa que fale inglês, para traduzir e interpretar as necessidades de atendimento dos pacientes imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio.

Fizeram questão de destacar uma ação que consideraram muito positiva, que foi uma “Ação Saúde”, realizada por um centro de saúde da cidade, em parceria com o IMDH, que foi essencial para que pudessem ter a oportunidade de um atendimento prioritário e específico para suas necessidades, com acompanhamento de pessoas que fizeram a tradução para o português daquilo que estavam sentindo e, assim, puderam receber a medicação adequada para o tratamento da saúde.

Assim como o grupo de homens, em relação à categoria *Saúde*, o grupo de mulheres e crianças destaca maiores dificuldades no momento do diálogo entre os profissionais da saúde, devido à falta de domínio do português, o que pode até mesmo acarretar num diagnóstico médico incorreto e na prescrição de remédios que não resolvem o problema de saúde, fato este relatado por uma mulher participante do diagnóstico e que disse sentir dores abdominais, mas o médico passou remédio que não resolveu o seu problema.

Já outra mulher participante do diagnóstico disse ter um bebê de quatro (04) meses e afirma ter feito o pré-natal e o parto pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e que sempre foi bem atendida. Outra participante também disse ser bem atendida e que seu filho tem assistência de saúde e acesso à vacinação. Assim como o grupo de homens, consideram importante que os centros de saúde e hospitais tenham pessoas específicas (com domínio de inglês e espanhol) para o atendimento de refugiados e solicitantes de refúgio.

Nesse sentido, avalia-se como essencial que os refugiados e solicitantes de refúgio tenham acesso a cursos de português específicos para não falantes da língua, o que contribuirá para a efetiva integração na sociedade brasileira e maior facilidade no acesso aos serviços públicos básicos, assim como, permitindo maiores chances de diálogo nas oportunidades de trabalho. Tal percepção não desconfigura a necessidade de capacitação dos agentes públicos, mas reforça que ambos os lados possam ter oportunidades de formação que auxilie na comunicação eficaz.

De acordo com Ançã (2008), a aprendizagem da língua de acolhimento contribui para a integração social e profissional do público imigrante e refugiado, promovendo maior igualdade de oportunidades, o exercício da cidadania e o acesso ao trabalho. Porém, além disso, também

é essencial dar atenção ao viés da sensibilização e formação dos servidores das instituições públicas, para o trabalho com o público em questão, promovendo palestras e cursos de capacitação.

No que respeita a categoria *Trabalho*, o grupo de homens relatou problemas para exercer a própria profissão no Brasil, principalmente devido às dificuldades para reconhecimento de certificados e diplomas. Para além deste problema de não conseguir exercer a profissão aqui no Brasil, outros relacionados a jornadas de trabalho exaustivas, atrasos no salário e até mesmo falta de pagamento voltam a aparecer, conforme já relatado anteriormente na categoria *Integração e Discriminação*. Percebe-se, dessa forma, que existem aspectos discriminatórios nas relações trabalhistas, que em muito prejudicam os refugiados e solicitantes de refúgio.

Devido a isso, o grupo de homens participante do diagnóstico sugere que o Ministério do Trabalho intensifique a fiscalização nos lugares de maior presença de trabalhadores estrangeiros. Também entendem como uma proposta positiva se existisse uma política pública que estabelecesse critérios e quantitativos obrigatórios de contratação de refugiados e solicitantes de refúgio pelos órgãos e entidades públicas.

O grupo de mulheres e crianças, no que respeita a categoria *Trabalho*, relata problemas no momento de procurar emprego, por não saberem falar português, o que confirma a questão das mulheres terem menos participação nos cursos já ofertados na cidade para a aprendizagem do português, que em muito se justifica pelos cuidados da casa e dos filhos. Ainda destacam que existe uma escassez de trabalho para as mulheres, considerando as áreas em que se sentem preparadas, no entanto não especificam quais seriam. E sugerem que sejam ofertados cursos de capacitação em costura e confecção de roupas, o que nos induz a pensar que dessa forma conseguiriam trabalhar em casa, ajudando nas despesas do lar, mas ao mesmo tempo conseguindo cuidar dos filhos.

Por fim, em relação à categoria de *Reunião Familiar*, o grupo de homens fala das dificuldades em trazer toda a família, considerando os gastos e a documentação necessária, o que faz com que geralmente venham primeiramente os homens e, após algum tempo, quando já estiverem mais estruturados, trabalhando e dominando minimamente o idioma, comecem os procedimentos de reunião familiar, o que consideram ser um procedimento perigoso, pois os familiares passam por situações de risco.

Tal situação se confirma na fala do grupo de mulheres e crianças, no que tange a categoria de *Reunião Familiar*, pois os relatos referem-se ao tempo de espera separadas dos maridos para somente depois virem para o Brasil. Em alguns casos, conseguem vir e somente depois de algum tempo trazem os filhos. Porém, dizem ser angustiante ficar longe dos filhos, assim como pensa também o grupo de homens, sugerindo que haja mais rapidez, por parte dos órgãos do Governo, nos processos de reunião familiar. Ressaltam o apoio que recebem do IMDH nesses processos, tanto no acompanhamento feito pela instituição dos trâmites e prazos que envolvem os processos, quanto no apoio psicológico, evidenciando mais uma vez a importância do trabalho desenvolvido pela referida instituição, que vale lembrar é uma instituição da sociedade civil.

CONCLUSÕES

Considerando os fluxos migratórios atuais e os aspectos da globalização que contribuem consideravelmente para a mobilidade das pessoas entre os países, é primordial que os atores principais desse processo sejam escutados. Nesse sentido, após a análise e reflexão sobre a informação recolhida em Corpus Latente da Internet, por meio de percepções

contidas em um *Diagnóstico Participativo* realizado por uma instituição da sociedade civil junto aos refugiados e solicitantes de refúgio que vivem na cidade de Brasília, percebeu-se quão importante é dar voz ao público em questão, identificando suas necessidades e percebendo suas preocupações, pois é por meio dessa informação que se tornam possíveis propostas de intervenção, busca por parcerias e ações de cobrança do Governo para a elaboração de políticas públicas para o público em questão.

Percebe-se que a maioria das necessidades dos refugiados e solicitantes de refúgio são justamente aquelas relacionadas aos processos de solicitação de refúgio, por serem muito morosos. Outras ainda ligadas às relações trabalhistas, mais vividas pelo grupo de homens, já que o grupo de mulheres fica mais ao cuidado da casa e dos filhos. São relatadas questões de desrespeito por serem refugiados, passando por situações de trabalho exaustivo além do horário normal, sem ganhar por isso. Além disso, muitas vezes tem atrasos no recebimento dos salários e outras vezes até mesmo ficam sem o pagamento devido.

No sentido de estabelecer redes de relacionamento, trocas culturais, adaptação e integração com a cultura brasileira dizem não ter muita dificuldade e que de maneira geral os brasileiros são acolhedores. O que mais traz problemas é a falta de domínio do português, gerando complicações para uma simples conversa até maiores prejuízos quando precisam retirar documentos, buscar por moradia, ter acesso aos serviços públicos básicos e bens necessários à sobrevivência, como saúde, educação e trabalho, tanto para o público masculino quanto feminino.

Porém, é preciso destacar que são os homens que mais buscam os cursos de português ofertados na cidade de Brasília, enfrentando algumas dificuldades para conciliar o trabalho e o estudo da língua no período noturno, principalmente devido aos horários dos transportes coletivos e à distância, fazendo com que cheguem atrasados às aulas ou algumas vezes nem consigam chegar. Por mais que já exista a oferta destes cursos, ainda são poucos se comparado com a demanda existente, além de ficarem concentrados em locais afastados de onde moram, o que reforça a urgência por mais oferta, incluindo oferta pelas próprias escolas da rede pública de ensino e não apenas pela sociedade civil, que assim como o IMDH, vêm suprimindo as demandas dos refugiados por falta de atuação do poder público.

Especificamente em relação às mulheres e crianças, é preciso um olhar mais atento, pois ficam expostas a situações de vulnerabilidade que podem contribuir para casos de tráfico de pessoas, muito comum no Brasil, devido sua extensa zona fronteira.

Compreende-se os fluxos migratórios atuais como uma excelente oportunidade de troca cultural, porém é preciso que o Estado faça sua parte e desenvolva políticas de acolhimento e integração, impedindo que pessoas fiquem expostas a situações de vulnerabilidade social e econômica. O fato de instituições da sociedade civil agirem em prol dos refugiados, não minimiza a responsabilidade do Governo.

Por fim, concluiu-se que a aprendizagem da língua de acolhimento contribui para a integração social, profissional e econômica do público refugiado e solicitante de refúgio, promovendo maior igualdade de oportunidades, o exercício da cidadania e o acesso a oportunidades de trabalho. Além disso, entende-se que será a atuação do Estado, em conjunto com a sociedade civil, que possibilitará maiores chances de sucesso nos processos de acolhimento e integração dos fluxos migratórios atuais.

REFERÊNCIAS

- Alencar, C. & Gentili, P. (2001). *Educar na esperança em tempos de desencanto: com um epílogo do subcomandante Marcos sobre as crianças zapatistas*. Petrópolis, Rio de Janeiro. Brasil: Vozes.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (n.d). *Dados sobre Refúgio no Brasil Uma análise estatística (2010-2014)*. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014
- Amado, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. (2ª ed.). Coimbra, Portugal. Disponível em: https://pombalina.uc.pt/files/previews/104944_preview.pdf
- Ançã, M. H. S. F. (2008). *Língua portuguesa em novos públicos*. Saber (e) Educar, 13, 71-87. Disponível em: http://repositorio.esepf.pt/jspui/bitstream/20.500.11796/924/2/SeE_13LinguaPortuguesa.pdf
- Araújo, S. E. F. de A. (2008). *Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural*. (Tese de Mestrado). Universidade Aberta. Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://docplayer.com.br/50078-Contributos-para-uma-educacao-para-a-cidadania.html>
- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras.
- Barros, M. D. (2011). *O drama dos refugiados ambientais no mundo globalizado*. Brasília: Consulex.
- Bauman, Z. (2016). *Estranhos à nossa porta*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. – (1ª ed.) – Rio de Janeiro: Zahar.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da investigação – Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Coutinho, C. (2011). *Paradigmas, Metodologias e Métodos de Investigação*. In C. Coutinho. *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. (pp.9-41). Lisboa: Almedina.
- Fernandes, D. (2015). *O Brasil e a migração internacional no século XXI – notas introdutórias*. In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. (pp.19-39). Brasília: Ministério Público do Trabalho.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Sociologia. Lisboa: Principia.

- Lussi, C. (2015). *Formulação legal e políticas públicas no trato das migrações nacionais e internacionais*. In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. (pp. 55-68). Brasília: Ministério Público do Trabalho.
- Milesi, R., & Andrade, W. C. de. (2015). *A sociedade civil na atenção aos imigrantes e refugiados – O agir do IMDH*. In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. (pp. 175-202). Brasília: Ministério Público do Trabalho.
- Neri de Souza, D.; Costa, N.; Abreu, M.; Torres, S. & Teixeira, H. J. C. (2011). *The Informal Caregiver of the Elderly Person – from needs assessment to intervention in partnership*. In E. G. Veloso, Paula; Martins, Fernanda; Silva, Daniela & Faria, Maria (Ed., Elderly, Education, Intergenerational Relationships and Social Development. Proceedings of 2nd Conference of ELOA. Braga: CIED - Centro de Investigação em Educação Instituto de Educação, Universidade do Minho Braga, Portugal.
- Organização das Nações Unidas: *número de refugiados é o maior desde a Segunda Guerra Mundial*. (2014, junho 20). Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140619_refugiados_entrevista_hb
- Pequito, J. P. F. L. (2009). *Políticas de Imigração, Estado de bem-estar e população imigrante em Portugal*. (Tese de Mestrado). Universidade de Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1149>
- Pires, R. P. (2012). *O problema da integração*. *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 24, 55-87. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10758.pdf>
- Silva, P. S. (2013). *Portugal e as políticas de integração de imigrantes*. *Segundas Linguas e Inmigracionenred*, 7, 8-27. Disponível em: <https://issuu.com/letra25/docs/sli-revista7/3>
- Silva, S. A. Da. (2006). *Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20, 157-170. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200012&lng=pt&tlng=pt
- Sprandel, M. A. (2015). *Marcos legais e políticas migratórias no Brasil*. In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. (pp. 41-54). Brasília: Ministério Público do Trabalho.